ATA CONJUNTA DA XXII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBHRC E XVI REUNIÃO ORDINÁRIA do CONSELHO GESTOR DA ARIE NASCENTES DO RIO DE CONTAS, REALIZADA AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

Aos 22 dias de março de 2017, às 9:00 horas, iniciou-se a XXII Reunião Plenária Ordinária e a XVI Reunião Ordinária, reunião conjunta respectivamente do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Contas – CBHRC e do Conselho Gestor da ARIE Nascentes do Rio das Contas, na Câmara de Vereadores no município de Piatã. As Sras. Maria do Rosário Maciel, Rosa , gestora da ARIE NRC e Rita de Cássia Silva e Braga, presidente do CBHRC, iniciam a reunião dando boas vindas aos presentes e chamando para compor a mesa o Secretário de Meio Ambiente de Piatã, Glauco Barbosa, o vice presidente da Camara Municipal, Ronaldo Rone de Souza e a diretora de Educação Ambiental da SEMA, Zanna Matos. Após o pronunciamento de boas vindas dos convidados, a mesa foi desfeita pela presidente do Comitê que agradeceu e passou a palavra para Rosa que chamou a Secretária Executiva da ARIE NRC, Ana Carolina Queique, para fazer leitura da ata da XV Reunião Ordinária da ARIE, que após alguns pedidos de alteração teve sua aprovação pelo Conselho Gestor. Em seguida, Rita retoma a palavra dando inicio à pauta da reunião. Fala sobre a solicitação de inclusão de pauta feita pelo senhor Lorenzo, membro do CBHRC que não pode estar presente, para tratar sobre a questão da diminuição da vazão da barragem da Pedra. A plenária concorda com a inclusão para o período da tarde. Dando prosseguimento Rita explica que a ata XXI Plenária do CBHRC não foi lida, pois o Secretário Sérgio não finalizou a ATA em tempo hábil e a mesma só foi enviada por e-mail faltando menos de um mês para a XXII Plenária e não teve condição de terminar. Passa a palavra a Josué, DIRUC/INEMA, que fez uma breve explanação sobre a atuação da DIRUC e explicou sobre os procedimentos que acontecerão para a renovação do Conselho Gestor da ARIE NRC. Rita de Cássia informa que Frederico Neves até então estava como vice-presidente do Comitê, mas houve renovação no poder público de Brumado e o município agora está representado por Rodrigo, presente na reunião. Informa que o representante da Vanádio Mineradora não poderá estar presente, mas que enviou justificativa, que o representante da UESB, Ricardo Jucá, também não poderá estar presente, mas enviou em seu lugar o professor Sergio Sonoda, que também representa UESB no Conselho Gestor da ARIE NRC. E informou que o Sr Antonio Lourenço representante das comunidades tradicionais (Povos Indígenas) , não poderia estar presente, por não ter recebido recursos para viagem. Também informou que o representante do INEMA Maurilio, não poderá estar presente, vindo o suplente Joaquim do Carmo Neto, que a CHESF, estaria representada hoje pelo Eng.º Paulo Murilo. Rita também informou que o atual Secretário Executivo do Comitê não estava presente e que não enviou justificativa comunicando o motivo da ausência. Informou que a Agência Nacional de Águas, ANA, por meio do PROCOMITÊS está disponibilizando recursos para os Comitês de Bacia, e que ela já encaminhou para a Secretaria de Meio Ambiente do Estado, o Termo para a adesão do CBHRC. Thamires representante da CODIS, aproveitou para fazer uma breve explicação sobre o uso e gestão do recurso do PROCOMITÊS. Rita fala que o novo Secretário de Meio Ambiente, Geraldo Reis convocou os presidentes dos Comitês para reunião de apresentação e que na ocasião Rita colocou que a demanda do CBHRC é saber sobre a atual situação do Plano de Bacia e sobre a problemática dos barramentos em Piatã, inclusive com o INEMA

passando por uma deliberação do Comitê, que foi enviado ofício para o INEMA solicitando maiores informações e que até o presente momento não havia recebido nenhuma resposta, também colocou que o CBHRC precisa obter infraestrutura na UR Jequié, como sala e estagiário para apoio administrativo. Também informou sobre a reunião do Fórum Baiano que ocorrerá no dia 4 de abril, e aproveitou para lembrar aos membros que questões de diária e deslocamento dos membros do Comitê devem ser resolvidas diretamente com a CODIS, e que o Comitê não tem essa responsabilidade. Sr. Carlinhos, representante do Sindicato Rural de Tanhaçu, diz que há membros que solicitaram ao Comitê que este resolva questões de natureza pessoal e que isso está errado, a exemplo do que ocorreu na última reunião, pois o Comitê deve resolver problemas públicos. Domingos Ailton, representante do Grupo Ecológico Rio das Contas GERC, informa que foi eleito para o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, representando o Nordeste dentro deste colegiado e que também foi eleito para a Câmara Técnica de Educação Ambiental e que está aberto para sugestões e iniciativas a serem levadas e apresentadas em Brasília. Também informa que em reunião sugeriu a criação de Unidade de Conservação em Jequié, lembra que nesta região não há nenhuma UC, apesar da sua rica biodiversidade, abrangendo fragmentos de Caatinga, Mata Atlântica e Mata de Cipó, e que gostaria que na próxima reunião fosse aprovada Moção de Apoio à sua criação. Em seguida, Zanna Matos da DIEAS, informa que será realizado o 3º encontro para Formação em Educação Ambiental e que será aberto para os representantes dos Comitês, parabeniza Domingos e ressalta a importância do GERC na CTEA do CONAMA. Rosa Maciel aproveita para fazer a leitura da Moção de Apoio à criação da UC na região dos Três Morros, em Piatã, elaborada pelo Conselho Gestor da ARIE NRC, junto com carta de manifestação de interesse da Camara Municipal de Piatã, informa que o documento foi eletronicamente encaminhado para a DIRUC e repassa o original a Josué COPLAN/DIRUC. Leonardo Freitas, representante da Terroá Cafés e conselheiro da ARIE, faz menção à Barragem da Vazante que atenderá os municípios de Seabra e Boninal, que está para ter suas obras iniciadas e ressalta a importância de se preservar as nascentes do rio Cochó localizadas nos Três Morros, que irão abastecer a barragem. Em seguida Rosa Maciel organiza a visita técnica aos Três Morros e reforça a importância do apoio técnico dos dois geólogos presentes, Leonardo Freitas e Ricardo Fraga, UFBA, no acompanhamento desta. Thamires, CODIS, informou que o Sr. Antonio Lourenço não recebeu o auxilio para ir à reunião, pois este não possuía cadastro no INEMA e alerta para as questões burocráticas que devem ser seguidas para que o órgão possa fazer o depósito do auxílio. Rita informa sobre a capacitação que ocorrerá no dia seguinte e sugere que neste momento seja construída a Carta de Piatã. Isabela Santana, DEAMA/SEMA, faz uma breve explicação sobre a capacitação que acontecerá no dia seguinte. Após a visita técnica ao Vale dos Três Morros e pausa para almoço no Espaço Juventude Rural da Associação da Ressaca, a cozinha comunitária construída com recursos de projeto elaborado pela CTEA do CG ARIE NRC, Rita retoma os trabalhos com a leitura da pauta da tarde. Faz leitura das vacâncias para preenchimento do Comitê. Fala sobre a pauta em que o INEMA iria dar maiores explicações sobre a atual situação do Plano de Bacia, e que, no entanto, não foi enviada nenhuma comunicação ou aviso sobre a ausência. Nelson, representante da SETAF/SDR, ressalta a importância do Plano de Bacia e Rilza, representante da CAR, complementa que se a ARIE NRC tivesse Plano de Manejo, o conflito com as barragens não existiria e que o Conselho deveria exigir que o Plano saísse logo. Zanna lembra a reunião com o Secretário de Meio Ambiente e pergunta se neste momento não foi colocada a questão do Plano de Bacia. Rita respondeu que não, pois naquela reunião não havia nenhum representante do INEMA. Thamires, CODIS, diz que o Secretário está se inteirando sobre as situações dos Planos de Bacia na Bahia e que provavelmente no Fórum será apresentada atualização. Sirlene Rosa, coordenadora da CT de Meio Ambiente do Território de Identidade da Chapada Diamantina, pede a palavra e relembra a atuação da CT com relação ao conflito da barragem para usufruto do agronegócio, diz que a CT atuou em conjunto com o Ministério Público e que foram realizadas quatro reuniões para obter maiores informações e esclarecimento sobre o projeto. Diz desde aquela época pouca coisa andou e acredita que o papel do Território foi feito, de articular e mobilizar, mas que um encaminhamento deveria sair desta reunião e que o Dr. Augusto, representando o MP, deveria ser formalmente convidado para estas reuniões. Rilza, expressa que acha vergonhosa essa situação, de um problema que se arrasta desde 2013 e que alguma atitude deveria ser tomada. Ricardo

Fraga, UFBA, coloca que decisões desse tipo não devem ser tomadas por emoções, que é preciso uma fundamentação técnica, como por exemplo, o estudo de balanço hídrico, e que este, no entanto, não existe. Rosa diz que em relação ao Plano de Manejo da ARIE NRC, que o Termo de Referência, documento fundamental para licitação, já foi concluído, mas diante da situação de contingenciamento do Estado da Bahia, ainda pode ser licitado. Josué, DIRUC, confirma que o termo está pronto e coloca as dificuldades pela qual o órgão passa e os desafios para a obtenção dos recursos para poderem trabalhar, e relembra que o balanço hídrico, citado pelo professor Ricardo, é um dos elementos do Plano de Bacia. Rita confirma e também explica sobre outros elementos que estão previstos no Plano, como por exemplo, o enquadramento dos corpos d'água, além de outras informações que poderão dar uma visão geral dos usos e a situação da Bacia Hidrográfica. Nelson, SETAF, lembra que em uma reunião da ARIE NRC foi levantada a questão da zona de amortecimento da ARIE e coloca a sua importância para a definição dos usos da terra e até que ponto isso interfere na vida do próprio agronegócio e dos diversos agricultores familiares que estão no entorno da UC. Rita retoma a palavra com a pauta das vacâncias e faz a leitura das vagas em aberto em cada modalidade. Em seguida passa a palavra para Paulo, representando a CHESF, para tratar sobre a questão da vazão da barragem das Pedras. Paulo inicia falando sobre suas atribuições e o trabalho da CHESF, e da divisão interna que tem como responsabilidade a execução de duas usinas, uma em Jequié, com reservatório e outra em Ubaitaba, sem reservatório. Explica que a CHESF não possui autonomia para liberar água além daquilo que é definido pelo Comitê Estadual e pelo Comitê Nacional, diz que a geração de energia é definida anteriormente através do Termo de Alocação, o qual é acordado com a presença de toda a sociedade organizada, dos Comitês e da ANA, coloca que a última reunião aconteceu em maio de 2016, na sede do INEMA em Jequié e que tiveram poucos presentes, desses 3 eram da CHESF, 3 do INEMA e poucos membros do Comitê e da Sociedade Civil, explica que nesta reunião o reservatório tinha um volume útil de 42% e que nesta ficou acordado que a CHESF soltaria 3m³/s, explica que para esse tipo de barragem isso pode ser feito de duas formas : ou vertendo ou turbinando, coloca que turbinando há a vantagem de geração de energia, e que foi isso que a CHESF fez, inicialmente soltando a vazão de 6m³/s até chegar à vazão de 3m³/s. Diz que chegou a ele uma solicitação de um vereador de Manoel Vitorino, dizendo que faria uma audiência pública, pois achava que a CHESF deveria baixar a vazão, sendo que então foi até as rádios e explicou sobre o processo de alocação das águas e que também se reuniu com este vereador e o prefeito de Manoel Vitorino e explicou que a liberação de mais ou menos água depende da autorização da ANA – e do INEMA, e isso através de uma reunião, e que então comunica para uma divisão que cuida dos recursos hídricos dentro da CHESF, que faz um estudo, manda um oficio para as prefeituras que tem envolvimento com o rio das Contas, e após esse processo feito, o informe é passado por um oficio para ele, que então faz a solicitação para a pessoa responsável que está com a mão na massa, e que somente assim é permitido fazer a diminuição da vazão. Coloca que para baixar essa vazão como se está pretendendo, vai ter que ter a reunião citada, que ocorrerá em maio, e que então a CHESF irá mostrar o boletim, lembra que o rio é todo monitorado contendo 12 postos hidrológicos, que faz leitura todo dia às 6:00 e 18:00 horas e que estas informações estão no site da CHESF. Diz que hoje estão na cota 215/25, explica que há três faixas, a faixa verde que seria o ótimo, a faixa amarela, que é o sinal de alerta, e a faixa vermelha. Diz que em maio de 2016 estavam no topo da faixa amarela, havia chovido bem e estavam com 42% do volume útil, e que hoje ainda estão na faixa amarela, diz que se não fizer nenhum esforço nessa reunião, a CHESF só vai baixar quando chegar à faixa vermelha, pois é o que está autorizado, também fala que nessa reunião de maio, a CHESF estará presente para mostrar esse estudo junto do pessoal da ANA e do Comitê, e que espera que nessa tenha mais gente presente para que haja a discussão para baixar a vazão, agora se vai baixar não se sabe, pois isso será resolvido na hora da reunião através dos estudos. Lembra que não entrou 1m³/s de água no lago de abril de 2016 até o presente momento. Paulo então pergunta para plenária se alguém possui algum questionamento. Nelson, SETAF, diz que o Estado não investe em estrutura hídrica como deveria, que acredita que barragens devem ser feitas, a questão é o uso que se faz das mesma e lembra que o conflito que se dá em Piatã não é a questão do barramento, mas sim o uso que se faz da água, lembra que essas estações de monitoramento citadas por Paulo são recentes e que a EBDA tinha um histórico hídrico de chuvas, que foram queimados com a extinção do órgão e coloca o que

deve ser feito para que o agricultor familiar também tenha água e sugere a revitalização e recuperação do rio, além de se fazer sucessivas pequenas barragens ou a construção de barragens subterrâneas. Paulo coloca que a prioridade da Barragem das Pedras é o consumo humano e não gerar energia, que esta é gerada somente no horário de pico, e que mesmo assim depende da cota e da situação da queda à montante e jusante, diz que para a cota que está atualmente, esta tem gerado 16 Megawatts. Relembra que o papel da CHESF é operar e não tem autonomia para abrir comportas. Coloca que a CHESF é parceira do Comitê e que podem esclarecer todas as dúvidas que ficarem. Rita agradece à Paulo e pergunta sobre a reunião que ocorrerá com a ANA, o que o Comitê pode fazer, pois há uma expectativa que já saia uma definição a partir desta reunião. Paulo sugere que podem solicitar à ANA que adiantem a reunião. Sérgio, representante da UESB e conselheiro da ARIE NRC, diz que esteve presente na reunião que ocorreu em Jequié e que nesta foi apresentada uma situação do reservatório naquele momento e três cenários foram apresentados, e que a depender do cenário escolhido é uma situação diferente, e que naquela reunião foi decidido manter o consumo humano, e, portanto, a EMBASA não sofreu corte, a irrigação também não teve corte e que o corte foi feito justamente à CHESF em 60%, que esta decisão foi tomada baseada em dados, com previsão de modelos históricos e que se isso não tivesse sido feito provavelmente a situação estaria pior, lembra que a reunião acontece de ano em ano, e que também depende do período das águas, fala que devemos estar atentos a estes momentos no qual é possível ter participação na tomada de decisão e chama a sociedade para que esteja presente nestes momentos, e que a questão hídrica deve estar pautada todo dia e a todo o momento. Paulo lembra que neste período úmido, que vai de novembro a abril havia uma previsão de chegada de água, que inclusive vislumbravam que iria chegar a mesma quantidade de água que chegou no ano passado. Carlos, Ituaçu, coloca a importância da revitalização dos rios, mas que esta deve ser feita de forma planejada, lembra-se de um projeto da CAR que levou pequenas barragens para Ituaçu, mas que não deixou escoamento para que a areia pudesse descer, e diz que as barragens hoje só tem areia, acha que um grande problema é que as coisas são feitas de forma rápida, mas sem planejamento e relembra da triste situação dos rios de hoje. Jeferson, representante SDR/CAR/SETAF Médio rio das Contas, fala sobre a sugestão de Paulo em antecipar a reunião com a ANA - lembra que a avaliação é feita até abril, no período das chuvas e, portanto ainda teria o mês de março e o mês de abril todo para aguardar a chegada destas e pergunta se caso a reunião com a ANA seja antecipada para abril não há o risco de atrapalhar o estudo dos dados e o planejamento sair errado, pois esse planejamento tem haver com a quantidade de chuvas que a barragem irá receber. Paulo diz que havia previsão de chuvas desde novembro, mas que estas não vieram e acredita que a probabilidade maior é a de que não chegará chuva a ponto de distorcer os dados. Nelson pede a palavra e coloca que quando o governo anunciou os estudos da barragem de Jatobá também anunciou os estudos sobre a barragem de Tanquinho, que fica no rio de Contas, logo depois de Abaíra, para abastecimento humano, pergunta até que ponto o Comitê pode buscar mais informações sobre a mesma, pois não sabem em que pé está e se há previsão de ser construída. Aproveitando o tema, Gilmar, representante da Associação da Ressaca-Piatã, pede a palavra e lê uma carta escrita pela Associação e direcionada ao CBHRC, a qual sensibiliza sobre a questão da água e pede atenção para a construção de uma barragem para uso público em Piatã, abaixo do Gerais das nascentes, que já possui estudos realizados há cerca de duas décadas, e que poderia beneficiar os municípios de Piatã, Abaíra e Jussiape e pede para que o Comitê dê encaminhamento a essa questão e atue junto dos tomadores de decisão para que esta seja construída. Rita agradece e retoma a palavra, coloca para a plenária que esta tem que dar encaminhamentos com relação a dois assuntos: um sobre a questão do Pano de Bacias, que já foi amplamente discutido pela manhã, e outro com relação ao agronegócio em Piatã, sugere que com relação ao Plano de Bacia seja entregue um ofício ao Secretário de Meio Ambiente, com cópia para a diretora do INEMA, Márcia Telles, no dia do Fórum Baiano, lembra que isso inclusive já foi solicitado algumas vezes e que o Comitê está nessa expectativa de ver o que irá acontecer e com relação ao agronegócio, pergunta à plenária qual posição o Comitê deve tomar. Domingos, GERC, diz que uma decisão para a viabilidade deste tipo de empreendimento não deveria ser decidida sem o conhecimento da capacidade hídrica, como disse o professor da UFBA, sem a conclusão do Plano de Bacia, diz que vê com muita preocupação a decisão do INEMA em liberar as outorgas sem estes estudos e acredita que isso foi feito de forma equivocada, pois está passando por

cima inclusive da própria legislação ambiental, a qual o INEMA deveria ser o primeiro a cumprir, diz que este Comitê deve chegar junto do Ministério Público, que este fato deve ser levado aos diversos meios de comunicação e se compromete a levar também ao CONAMA para que o Brasil tenha conhecimento dessa situação, ressalta novamente sua preocupação, pois lembra que estamos vivendo uma séria crise hídrica, de proporções não previsíveis, com secas cada vez maiores, que pouco se pensa em um trabalho sério de recomposição florestal dos rios, que também não é algo que se resolve da noite para o dia, e também fala sobre a revisão dos usos da água. Rita diz que concorda com o posicionamento de Domingos, mas que quer saber de que forma o Comitê pode levar essa questão ao Ministério Público, a mídia e o CONAMA. Domingos sugere que seja feito um documento com base inclusive na legislação ambiental nacional dos Recursos Hídricos e encaminhar este para a Secretaria de Meio Ambiente, ao INEMA e ao Ministério Público. Milton, representante da consultoria ambiental 2Tree, coloca que na Bahia para a obtenção da licença da construção de barragens são necessários três atos administrativos, a outorga, a autorização de supressão de vegetação e o licenciamento, e diz que todos estes três atos foram feitos pela Hayashi e pela Bagisa, diz que a solicitação de supressão de vegetação é acompanhada por estudos da fauna e que a outorga foi acompanhada de estudo hidrológicos e que estes foram apresentados ao SEIA, e estão disponíveis para consulta pública. Rita pergunta em que fase está o licenciamento ambiental. Milton responde que não consegue falar de cabeça, mas que as informações estão no SEIA também. Rita diz que entende, mas quer saber se a licença já foi concedida ou está em análise técnica. Milton responde que salvo engano, sim. Domingos pergunta se é a licença de implantação. Milton confirma. Rita pergunta então se a licença está disponibilizada na Câmara de Vereadores de Piatã, pois lembra que nem todo mundo tem acesso à internet e todos tem o direito ao acesso às informações. Milton responde que não, pois não há legislação que obrigue, mas que a empresa pode disponibilizar. Rita lembra que se há licença certamente devem disponibilizar e cita as duas portarias sobre outorga e sobre a supressão de vegetação, cita a portaria 10269/2015 e a 10268, de construção de barragem e supressão de vegetação e sugere que busquem na empresa e deixem publicitado para que todos tenham acesso. Domingos questiona como foi feito este processo de licenciamento, com que base foi feita, pois este é um documento muito sério. Thamires, CODIS, diz que Rita encaminhou um ofício ao pessoal do licenciamento solicitando maiores informações deste processo, mas que infelizmente o representante não pode estar presente na reunião, mas que no SEIA todas as informações estão disponibilizadas. Ricardo Fraga, UFBA, lembra o passo a passo para a obtenção do licenciamento e da obrigação e importância de divulgar as informações. Rita fala da importância em publicizar informações do projeto e sobre o entendimento em como está o processo de licenciamento, e lembra que o SEIA não é um site de fácil acesso, lembra que quando há transparência a conversa é tranquila e quando há dúvidas surge o conflito. Milton coloca que quando a empresa foi solicitada para apresentação na última reunião da ARIE NRC esta compareceu com toda sua equipe técnica e disponibilizou todos os dados pedidos, e que infelizmente os responsáveis por apresentar os dados não puderam comparecer nesta reunião com o Comitê. Rosa fala que de fato a empresa fez a apresentação e informou que iria iniciar a construção da barragem a qualquer momento. Rita complementa o que o Comitê quer saber qual a situação com relação à regularidade ambiental, seja a licença, seja a outorga, que querem saber todo o processo de regularização, que as demandas chegam e pouco tem se conseguido resolver que o Comitê esperava que um técnico do INEMA pudesse ter comparecido para dar maiores esclarecimentos, que o Comitê quer saber junto ao INEMA qual a situação do Plano de Bacias, do Plano de Manejo da ARIE e a situação deste conflito gritante no Território, que traz consequências para toda a bacia e lembra que há ainda o problema do saneamento básico que pouco se tem discutido e alerta que o problema de conflitos da água não se resolve com chuva, mas sim com gestão integrada. José Drumond coloca que não se busca um diálogo com as empresas e repudia que se coloque como alternativa sobrecarregar o Ministério Público, diz que quem tem obrigação de apresentar maiores informações é o Estado e não as empresas, e que nenhuma empresa seria louca em iniciar uma atividade sem estar devidamente legalizada, e pede para que as pessoas também exijam que o pequeno produtor seja fiscalizado e não somente os grandes empreendimentos, diz que se há o conflito a culpa é da ausência do Estado. Rita diz que respeita o posicionamento, mas lembra de que a lei de crimes ambientais n 9.605/99 só existe

porque existe o crime e o infrator ambiental, que também reconhece o impacto que vários agricultores familiares podem causar, caso não estejam legalizados, diz que não é contra ao agronegócio, mas sim a favor do coletivo, coloca que a empresa não tem respondido a todas as perguntas e que acredita que este processo não está tendo transparência, diz que sabe que o MP está sobrecarregado, mas que a sociedade sairia perdendo caso este não existisse. Paulo Cavalcanti, representante da Igarashi, coloca que a lei seja para todos. Rilza, CAR, diz que não faz sentido os estudos de Planos de Bacias e o Plano de Manejo, se o órgão ambiental está liberando licenças neste contra senso, diz que a questão não é ser contra ou a favor do agronegócio, mas sim o modelo de produção, sobre uma bacia que alimenta e dá a vida há milhares de famílias, que dependem desta para a sua sobrevivência, e que o agronegócio com a sua forma de produção corre o risco de contaminar a água e as famílias que dela dependem, acha que o Comitê deve fazer um documento, no qual questione a liberação das licenças emitidas pelo INEMA e que este faça uma reavaliação destas. Rita diz que fará um documento solicitando um prazo para retorno e este será compartilhado com os membros do Comitê e conselheiros da ARIE NRC. Rosa lembra que aconteceram problemas que atrasaram a elaboração do Plano de Bacias do rio das Contas, e que com agravamento da seca o Estado emitiu um decreto de liberação de obras para minimizar os efeitos da seca, este beneficiou o empreendimento, mas como não havia ainda a autorização de supressão vegetal a obra iniciada foi embargada. Lembra que há também uma questão de porte do empreendimento das empresas e que este se enquadra com um determinado tipo de licenciamento com menos exigências, mas ainda assim alguns acordos foram feitos em reuniões passadas, no qual inclusive o Ministério Público estava presente, em que mesmo não sendo obrigado o empreendimento concordou passar por uma consulta pública, e que esta ainda não aconteceu, visto que consulta publica tem um formato especifico, até agora houveram reuniões para tomada de maiores informações solicitadas pelo próprio conselho, sobre as discussões lembra da legitimidade do fórum, que os conselheiros tem legitimidade em perguntar e não podem se sentir ameaçados e observa que no momento existe uma postura de aproximação das empresas para com as comunidades. Zanna fala no sentido de dar encaminhamento e acredita que antes de qualquer tomada de decisão é preciso se apropriar das informações e sugere para solicitar ao INEMA o estado atual do processo com relação ao empreendimento e que a partir dai seja tomada uma decisão. Rita lembra que já foi solicitado ao INEMA que o órgão informe sobre a regularidade ambiental do empreendimento e pergunta para a plenária se esse questionamento deve ser feito novamente, pois lembra que o INEMA não respondeu oficialmente. Thamires sugere que seja feito um novo encaminhamento ao órgão, que acredita que o INEMA não deixará o Comitê sem resposta, e que o Comitê pode inclusive pedir um prazo de resposta neste documento. Rita pergunta para a plenária o que deve ser encaminhado, lembra do Fórum Baiano em 4 de abril, na qual os Comitês colocarão suas demandas e que esta é uma oportunidade impar para apresentar ao Secretário as demandas do CBHRC. A plenária sugere novo ofício com referência ao antigo. Rilza aponta que além de se questionar em que pé que está o licenciamento também deva ser questionado o porquê deste ter sido liberado, e qual foi o embasamento para este. Rita sugere que só após a resposta do INEMA e a obtenção de informações é que o Comitê analise tomar uma nova posição. Nelson lembra que essa questão vem sendo colocada desde 2013, inclusive com a presença do promotor Augusto e que até hoje não possuem nenhuma resposta. Ricardo, UFBA, diz que se sente que como conselheiro, representando uma Universidade, deve esclarecer algumas coisas, diz que concorda com a fala de Rosa, na qual coloca que esta barragem não é extremamente grande, mas que está ao lado de uma área de relevante interesse ecológico e que então as coisas devem ser feitas com muito cuidado, e que apesar do projeto não caber EIA-RIMA, deve ser feito um relatório ambiental simplificado e que quando este é feito é obrigação do empreendedor divulgar o documento para esclarecimento das partes interessadas, diz que o INEMA, depois de feita essa divulgação coloca de fato no site, mas que não é tão simples encontrar as informações no mesmo, pois são diversos processos que estão postos lá, relembra mais uma vez das etapas para obtenção de licença e que acredita que está havendo diálogo sim, mas as informações estão desencontradas e também coloca que está achando tudo muito confuso e não vê dados técnicos que embasem o projeto, diz que a documentação deve ser buscada e analisada para saber qual foi o procedimento adotado pelo INEMA e que cabe ao Comitê indagar o porquê da licença ter sido concedida sem a conclusão do Plano de Bacias. Rita agradece, e retoma então os

encaminhamentos dados, que o Comitê fará um novo ofício, encaminhado ao Secretário de Meio Ambiente, com cópia para a diretora do INEMA, Márcia Teles, referenciando o ofício anterior, assim como também a deliberação feita pelo Comitê e irá solicitar oficialmente prazo para resposta e que este será entregue na reunião do Fórum Baiano. Josilene, representante da INB – Industrias Nucleares d Brasil, pergunta se é possível definir uma sequência de encaminhamentos a partir da obtenção das informações, como por exemplo solicitar ao ministério público que seja realizada uma Audiência Pública, uma vez que esta questão é de interesse regional, para que então seja esclarecido maiores detalhes técnicos e da parte socioambiental. Josué, DIRUC, diz que gostaria de alertar sobre as competências deste espaço colegiado, que estas estão definidas pela lei Nº 11.621/09, mais especificamente no artigo 54 e pela resolução 55 do CONERH que estabelece o regimento interno do Comitê, e fala que não compete ao Comitê deliberar a respeito do licenciamento, mas sim arbitrar conflitos pelo uso da água em primeira instância administrativa, diz que entende a preocupação do colegiado, mas pede para que se atentem a esta questão de competência legal e regimental deste espaço e também lembra que não precisa ser necessariamente o Comitê que acione o MP, mas que qualquer pessoa ou entidade pode fazê-lo, mesmo entendendo que o colegiado do Comitê tenha maior força. Rita coloca que concorda e que o Comitê irá atuar para esclarecer a questão. Leonardo Freitas, diz que a situação que vivemos hoje, de saber se tem licença ou não, se há estudos ou não, é a mesma de desde 2013, que as perguntas são exatamente as mesmas, que estão inclusive registradas em ata, que há 4 anos são solicitados maiores esclarecimentos e que nada é respondido, coloca que não é uma guerra pessoal mas que há uma forte convicção que há um risco sério de desabastecimento por falta de água, lembra que não há uma barragem na Bahia hoje com mais de 30% de seu volume útil e que são totalmente legítimas as preocupações, diz que como conselheiro sente o não reconhecimento das demandas, diz que em sua opinião não existe dialogo, diz que há momentos em que não se sente legitimado e neste momento sente-se até ameaçado, que muitas vezes é tratado como um inimigo e reforça os riscos que a chegada destes empreendimentos podem trazer e questiona novamente qual o compromisso público assumido pelas empresas, reconhecido e assinado, informando as possíveis consequências socioambientais. Rita agradece diz que concorda com Leonardo e diz que também tem a mesma sensação e pergunta se ele concorda com os encaminhamentos deliberados pelo Comitê. Leonardo responde que sim e lembra que há uma ação civil pública em curso junto ao Ministério Público e coloca que o promotor deve ser sempre notificado sobre as ações do Comitê. Rita coloca então que o Secretário será oficiado e o promotor receberá uma cópia e pergunta à plenária se deve ser feita uma reunião extraordinária em maio, visto que a próxima reunião do CBHRC acontecerá somente em junho, no Médio Contas. A plenária concorda que seja feita uma reunião para discutir os assuntos específicos, com os retornos do INEMA e do promotor, para que então possa ser feita uma nova deliberação com relação ao conflito, cuja data ficou acordada para 4 de maio, a ser realizada no município de Piatã. Zanna sugere que tendo as respostas Rita deve convocar a reunião, em caso negativo, não. Rita lembra o curso que acontecerá no dia seguinte e do acordo em se fazer neste momento a Carta de Piatã. Ana Carolina, conselheira da ARIE, relembra do processo do conflito, que este é longo e que mobilizou três colegiados, o CG da ARIE NRC, da CT de Meio Ambiente do Território de Identidade da Chapada Diamantina e do CBHRC, e coloca que a importância destes conselhos é justamente quando o poder público, o setor privado e a sociedade civil tem a oportunidade de se encontrar e colocar as questões na mesa, que este momento não é apenas para ficar na questão legal, pois isso é questão para ministério público, é este que vê se está dentro da lei ou não, os conselhos são para trazer o debate qualitativo, diz que quando estão falando da chegada dos empreendimentos não importa se é Bagisa, Igarashi ou o Sr. Airton Arikita, até mesmo porque estes se desmembram para se enquadrar dentro da lei, e coloca novamente a importância deste conselho trazer o debate qualitativo, o que significa a chegada deste modelo de produção em Piatã, o município mais alto da Bahia, que tem nascentes das três Bacias Hidrográficas mais importantes do Estado, do Paraguaçu, Contas e Paramirim, sub bacia do São Francisco, uma região com o maior número de agricultores familiares da Chapada Diamantina e talvez até da Bahia, e é preciso entender o que esse modelo significa para Piatã e para todos os que estão abaixo, pois este é um modelo pronto em Cascavel (Ibicoara), reforça pensar no que isso acarretará socialmente, economicamente e culturalmente e pede

para que nessa próxima reunião o debate não fique apenas na questão legal, mas contemple o que esse modelo trará para nós, da região. Sem mais para discutir Rita e Rosa encerram a reunião e eu Ana Carolina lavro esta Ata que vai por mim assinada e pelos presentes.

Piatã , 22 de Março de 2017.

Ana Carolina Queique
Secretário ARIE

Rita de Cássia Silva Braga e Braga
Presidente CBHRC